

RUA DA ABOLIÇÃO

Foi chamada antigamente de rua Ponte Preta; conhecida por Estrada de Valinhos; também conhecida por rua Santa Cruz do Fundão; e, vulgarmente, teve o nome de rua do Paraíso.

Edital de 30-05-1923

Deliberação da Câmara de 13-01-1923

Formada pela estrada velha de Valinhos

Início na avenida Francisco Glicério

Término na rua Engenheiro Augusto Figueiredo

Ponte Preta

Obs.: Edital assinado pelo Prefeito Municipal de Campinas Dr. Miguel de Barros Penteado.

ABOLIÇÃO

Esta denominação foi dada em homenagem ao ato da Princesa Isabel, que através da "Lei Áurea", de 13-05-1888, aboliu a escravatura do negro no território brasileiro. A escravidão no Brasil foi uma das páginas mais negras de nossa história, pois para o trabalho escravo neste país, os negros eram trazidos da forma mais bárbara, da África, em navios que eram denominados "navios negreiros". Chegando ao Brasil, o negro era vendido, passando a servir ao seu "dono", sob um regime de trabalho e chibata e a nada tendo direito. Com a extinção do tráfico, em 1850, através da lei denominada Euzébio de Queiroz, teve início a diminuição da fonte de mão-de-obra escrava, que com o desenvolvimento da agricultura cafeeira, punha fim também à agricultura tradicional brasileira. Enorme campanha foi deflagrada no Brasil a favor da abolição da escravatura, sendo aprovadas algumas leis amenizando o trabalho escravo. No entanto, somente a 13-05-1888 foi colocado um ponto final à escravidão, que, infelizmente, não foi extinta totalmente, existindo até nossos dias uma discriminação racial. Entretanto, o trabalho escravo debaixo das mais repugnantes torturas físicas, acabou.

RUA DA ABOLIÇÃO



DENOMINAÇÃO DE RUAS

Dr. Miguel de Barros Penteado, Prefeito Municipal de Campinas, etc.

Faço publico, pelo presente, que, em virtude de deliberação da Camara, em sessão do dia 13 de Janeiro deste anno, e de accordo com o art. 7.º da lei n.º 87, de 1922, as vias publicas : — *Ponte Preta, Castelli, Monjolinho, São Miguel, Nova Roma, Nova Hespanha, Jayme Badia, Bahia, rua n.º 1, avenida Germania e avenida Campinas*, todas de denominações populares, ficam de hoje em diante denominadas, respectivamente : — *Rua da Abolição, Rua Victoriano dos Anjos, Rua Carolina Florence, Rua Maria Monteiro, Rua Olavo Bilac, Rua Santos Dumont, Rua Bandeirantes, Rua Barão de Ataliba, Rua Maximiano de Camargo, Avenida Rangel Pestana e Avenida Bueno de Miranda.*

E para conhecimento de todos, mandei baixar o presente edital. Eu, Amílcar Alves, secretario da Prefeitura, o escrevi.

Campinas, 30 de Maio de 1923.

Dr. Miguel de Barros Penteado.

(Extraído da página 85 do livro "Leis, Resoluções e Mais Actos da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1923)

RUA DA ABOLIÇÃO

Edital de 30-maio-1923



HÁ 95 ANOS ERA ABOLIDA A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

"É declarada extinta a escravidão no Brasil. Revogam-se as disposições em contrário." Com apenas essas duas frases, a Lei Aurea, assinada há 95 anos pela princesa Isabel, punha fim a mais de três séculos de escravidão em nosso País. Era o dia 13 de maio de 1888.

A libertação dos escravos não foi, porém, um ato único, isolado. A Lei Aurea resultou de um longo processo de luta que se vinha travando no seio da sociedade brasileira da época, a favor da extinção da escravidão, que se havia iniciado no Brasil logo depois do descobrimento, primeiramente com os índios, e, depois, com negros trazidos da África.

LUTA HISTÓRICA

Alguns anos após a nossa Independência começaram a surgir as primeiras manifestações de peso a favor da extinção do trabalho servil no Brasil. Durante a Constituinte de 1823 José Bonifácio apresentou projeto que propunha o fim do tráfico negreiro, bem como a melhoria da situação jurídica e econômica dos escravos e sua gradativa emancipação.

Essas e outras propostas parecidas encontravam, entretanto, oposição na Câmara, por parte de parlamentares que representavam os interesses dos proprietários de terras. Estes, em sua maioria, achavam que a abolição pura e simples atingia o direito de propriedade, pois o escravo era considerado mercadoria, não pessoa humana.

Em 1826, O Brasil celebra com a Inglaterra um acordo para a abolição do tráfico negreiro. Apesar disso, os navios negreiros continuavam cruzando os mares; milhares de negros africanos morriam durante a travessia por enfermidades ou assassinados a sangue frio, pois, quando algum navio negreiro estava para ser abordado pelos barcos ingleses, lançavam-se os escravos ao mar para pôr fim às provas do tráfico.

Em 1850, com a aprovação da Lei "Euzébio de Queiroz", o tráfico de negros foi definitivamente proibido no Brasil. Foi o primeiro grande passo para a Abolição, pois a partir daí nenhum escravo poderia mais chegar ao País. E o próprio imperador d. Pedro II passou a manifestar de público o desejo de, gradativamente, acabar com o trabalho servil no País.

A 28 de setembro de 1871, é promulgada a Lei do Ventre Livre, pela qual os filhos de escravos que nascessem daí em diante seriam homens livres. Em 1880, o debate sobre a abolição definitiva da escravatura tomou conta de amplos setores da sociedade brasileira. De todos os lados, intelectuais, poetas, políticos e o povo em geral clamavam pela libertação total. Não queriam mais soluções parciais.

A 28 de setembro de 1885, o Governo promulga a Lei do Sexagenário, que dava liberdade aos escravos com mais de 60 anos. A abolição total já se aproximava.

Jornais e revistas cooperavam entusiasmadamente com o movimento de libertação, exercendo pressão sobre as autoridades. Nessa época, milhares de negros fugiam das fazendas de café no interior de São Paulo. E, do Clube Militar, o futuro marechal Deodoro da Fonseca se recusava a dar ordens aos soldados para que perseguissem os fugitivos.

Nessa época existiam no País 800 mil escravos, para uma população total de 14 milhões de habitantes. A situação podia complicar-se com essas fugas. Em março de 1888, o ministério do conservador barão de Cotegipe é derrubado. Dois meses depois, no dia 3 de maio, quando assumia a regência do Império, a princesa Isabel já manifestava desejo de extirpar o mal, por ela chamado de "mancha nacional". E no dia 13, finalmente, assinava a Lei Aurea, libertando para sempre os escravos do Brasil.

(Extraído da página 7, do jornal "Folha da Tarde", SP, do dia 13-maio-1983)

Fim da escravidão no Brasil: as famosas leis e campanhas



"Art. 1.º — E declarada extinta a escravidão no Brasil."

"Art. 2.º — Revoguem-se as disposições em contrario."

E assim foi resolvido que, a partir de 13 de maio de 1888, não haveria mais escravidão negra no Brasil. Faz 85 anos, mas para se chegar a isto foi necessário um intenso movimento da intelectualidade liberal. A Lei Aurea resultou, portanto, de uma campanha que se constituiu num dos acontecimentos mais importantes da História do Brasil, pela expressão cultural e repercussão popular que alcançou.

Antes da Lei Aurea foram promulgadas duas leis famosas: A Lei do Ventre Livre, de setembro de 1871, libertando a partir dessa data todos os nascidos de escravos, e a do Sexagenário, de 1885, que libertava os negros com idade superior a 60 anos.

Essenta e três anos depois, o problema negro ainda era assunto importante. Em julho de 1953, foi baixada uma nova legislação — a Lei Afonso Arinos — que tratou e disciplinou a questão da discriminação racial no País.

O COMEÇO

Com a extinção do tráfico negreiro em 1850, através da Lei Euzébio de Queiroz, começava a minguar a fonte de mão-de-obra escrava. Paralelamente, começava a se desenvolver a agricultura cafeeira no Sul do País, exigindo mão-de-obra mais adequada que a escrava. Eram dois fatores que estavam determinando o fim da agricultura tradicional brasileira.

Baseados nesses dados, os estudiosos afirmam que a abolição da escravatura no País foi mais do que um gesto de filantropia da princesa Isabel. No estagio em que se encontrava, a economia brasileira não permitia mais o trabalho escravo, pois este passou a ser um entrave para o seu desenvolvimento. E tanto os abolicionistas como os escravistas tinham consciência disso.

Mas as pressões sobre o Império, para o fim da escravidão, não eram sentidas só dentro do País. Do outro lado do Atlântico, na Inglaterra, o tráfico já havia sido proibido em 1843. Os ingleses começaram a pressionar o Brasil para seguir o seu caminho. E a consequência disto foi a Lei Euzébio de Queiros.

O processo abolicionista se desenvolvia rapidamente, com a participação de grandes nomes da política, da imprensa e da intelectualidade. A partir da Guerra do Paraguai, entretanto, a movimentação foi maior: em contato com outros países não escravistas, os militares bra-

sileiros adquiriram a consciência da necessidade de se abolir a escravatura.

O imperador Pedro II já havia recebido apelos da Junta Francesa de Emancipação, em favor da abolição da escravatura, em 1865 e, em 1867, ele abordou o problema de maneira discreta na «fala do trono». A guerra civil nos Estados Unidos também favoreceu o recrutamento da chamada «ação abolicionista». E o resultado imediato foi a Lei do Ventre Livre, em 1871.

Em 28 de setembro de 1885 foram declarados livres os escravos com idade superior a 60 anos. E, assim como a Lei do Ventre Livre, esta também foi muito criticada pelos abolicionistas que queriam a extinção total da escravidão.

LEI AUREA

Os progressos da luta contra a escravidão no Brasil eram de acordo com as ascensões e quedas dos gabinetes liberais ou conservadores do Império. E a própria Lei Aurea foi conseguida graças a uma ágil e inteligente manobra política do visconde do Rio Branco, liberal elevado a primeiro-ministro. Antes dele, um gabinete conservador já havia recusado uma lei que previa a abolição para o ano de 1899 — o outro projeto de Joaquim Nabuco, no mesmo sentido.

Nomes como José do Patrocínio, Luís Gama, Joaquim Nabuco, Julio de Mesquita, Quintino Bocaiuva, Coelho Neto, Raul Pompéia e Guimarães Passos (todos jornalistas) redobram sua atuação. O momento era de intensa efervescência política e foi justamente nesse clima que a princesa Isabel assumiu a Regência, pela terceira vez, em 1888, substituindo o imperador Pedro II. No dia 13 de maio, é abolida a escravatura no Brasil.

EM SÃO PAULO

Em São Paulo, a notícia da aprovação da Lei Aurea só chegou no dia seguinte. Para que se tenha uma idéia da alegria que despertou o acontecimento, reproduzimos algumas notícias por um jornal da época:

«Desde 11 horas da manhã de ontem, o povo se agrupava nos escritórios das redações dos diversos jornais, procurando saber notícias da seção do Senado.

As 2h30, sabida a notícia da aprovação do projeto no Senado, subiram ao ar foguetes e a população da cidade corria ávida de notícias da sessão, manifestando a maior impaciência.

As 3 horas da tarde, sabido que fóra sancionada a lei,

queimaram-se fogos e girandolas; era o sinal.

As 6 horas da tarde, estando já compacta a multidão nas ruas centrais, a classe comercial, que se havia reunido no Teatro Politeama, com uma banda de música à frente, entrou pela rua da Imperatriz, saudando as redações dos jornais e elevando entusiastas vivas «nação brasileira», «ao comércio», «à liberdade» e ao «povo paulista», seguindo pelo largo do Rosário e rua São Bento.

Nessa rua, em meio ao grupo de empregados do comércio, que já era acompanhado de grande multidão, encontrou-se com os acadêmicos que desciam em marcha com outra banda de música, precedidos por uma comissão de lentos.

Ao se enfrentarem os dois grupos, as suas comissões diretoras resolveram o congestionamento das classes até ontem estremecidas e essa resolução foi calorosamente aclamada por parte a parte, juntando-se os dois grupos e formando um imenso presépio.

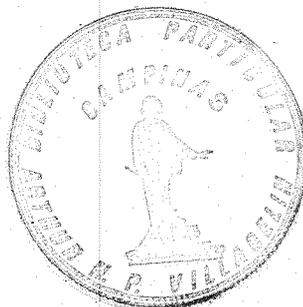
No percurso pelas ruas da cidade, foram saudadas as redações do «Diário Popular», em nome do qual falou o dr. Eduardo Chaves, que recitou a sua poesia; «Correio Paulistano», de onde falou ao povo o dr. Estevam Bourroull; «Gazeta do Povo», pela qual respondeu o sr. dr. Lamonnier Godofredo; «A Liberdade», que se fez representar pelo dr. Antonio Bueno; A «Revue Française», em cujo nome falou o sr. H. Morel; «Diário de Notícias», de onde falou o dr. Alexandre; «O Mercantil», de onde uma exma. sra. esposa de um dos redatores atirou flores sobre a multidão; e a «Provincia de São Paulo», por cuja redação falou o dr. Antonio Carlos.

A multidão foi ao palácio e aí, depois de falar em nome do povo o conselheiro Leoncio, o presidente da Provincia agradeceu as saudações ao governo e levantou vivas aos poderes constituídos e ao povo brasileiro e paulista.

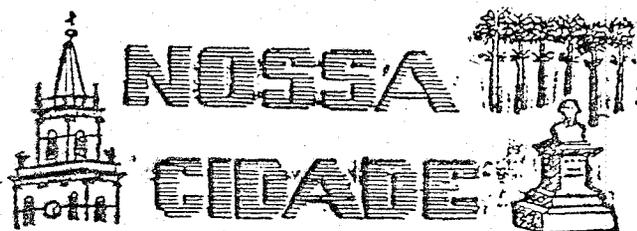
As 10 horas da noite, a oficialidade do 17.º Batalhão percorreu as ruas com a banda daquele batalhão.

Todas as ruas estavam iluminadas e as casas embandeiradas.

Não nos recordamos de festa tão espontânea, tão entusiasta, como a de ontem. A multidão era imensa e o trânsito pelas ruas era difícil.



JORNAL DE CAMPINAS



Praças, Ruas e Avenidas
ABOLIÇÃO - RUA
 (trabalho de Alaor Malta Guimarães)

Começa no Pontilhão da Paulista, pouco além da Praça Comendador Soares, e corre paralela à Avenida Saudade, rumo ao Palheiro (Instalação de Tratamento Aguas da Prefeitura), ligando os bairros da PONTE PRETA E PALHEIROS.

A denominação foi dada pelo Edital de 30 DE MAIO DE 1923. Chamou-se, antes, rua da Ponte Preta. Tem duas larguras: 15 e 18 metros.

HISTORICO:— A denominação lembra o ato da Princesa Isabel, que conferiu a liberdade aos escravos, após longa campanha em que muitos brasileiros se notabilizaram. A "Lei Aurea", da abolição total dos escravos foi promulgada a 13 DE MAIO DE 1888. Segundo "Afonso de Fretas" foi o paulista Antonio Rodrigues Veloso, o primeiro no Brasil que apresentou idéias sobre a abolição da escravatura. Essas idéias contêm-se na obra que em 1810 apresentou a D. João VI e publicada em 1822.